

PLANEJAMENTO DE PÓS-GUERRA E OS FUTUROS PASSADOS

Post-war planning and futures past

Planificación de posguerra y futuros pasados

Alexandre Moreli¹

Resumo:

A questão da saída de guerra segue sendo ricamente debatida na historiografia, pois mergulhada em um período não mais ditado por uma guerra totalizante, mas tampouco marcado pela cessação da violência ou das representações odiosas do outro. Preocupado com tal contexto histórico, o presente texto procura oferecer uma análise dos ainda hoje pouco conhecidos Comitês de Planejamento de Pós-guerra dos beligerantes da Segunda Guerra Mundial, que funcionaram nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao fim do conflito. Particularmente, a atenção será dada ao *Joint Strategic Survey Committee of the United States* e a suas preocupações sobre a construção, já durante a guerra, de instrumentos e recursos que garantissem uma certa ideia de futuro e de paz patrocinada por certos tipos de alianças do passado.

Palavras-chave: Aviação. Planejamento de pós-guerra. Segunda Guerra Mundial.

Abstract:

The exiting the war process continues to be debated in historiography as it is immersed in a period no longer dictated by total war, but neither marked by the cessation of violence or hateful representations of the other. Focusing on such historical context, this article tries to offer an analysis of the Post-War Planning Committees of the belligerents of the Second World War, which operated in the years immediately before and after the end of the conflict. In particular, attention will be given to the Joint Strategic Survey Committee of the United States and its concerns about the development, yet during the war, of resources guaranteeing a certain idea of the future and of peace sponsored by certain types of alliances from the past.

Keywords: Aviation. Post-war planning. Second World War.

Resumen:

La cuestión de la salida de la guerra sigue siendo objeto de un intenso debate en la historiografía, pues inmersa en un periodo que, si bien no se caracteriza por una guerra totalizante, tampoco se distingue por el cese de la violencia. Sobre tal contexto histórico, el presente texto analiza los aún poco conocidos Comités de Planificación de Posguerra de los beligerantes de la Segunda Guerra Mundial, que operaron en los años inmediatamente anteriores y posteriores al fin del conflicto. En particular, se prestará atención al Comité Conjunto de Estudios Estratégicos de Estados Unidos y a su interés por la creación, incluso durante la guerra, de instrumentos y recursos que garantizasen una determinada concepción del futuro y de una paz auspiciada por ciertas alianzas del pasado.

Palabras clave: Aviación. Planificación de posguerra. Segunda Guerra Mundial.

Introdução

Na transição entre as lógicas de guerra e os processos de paz, a História nos ensina que sempre houve mais do que um simples acontecimento ou marco cronológico. Ainda menos houve, segue nos informando a disciplina, um encerramento totalizante de processos históricos e o início de uma série de inéditos outros. Continuidades e rupturas, na verdade, encontram-se nesses eventos em um momento de rara, mas intensa, relação de dependência.

Compreendendo tal complexidade, a questão da “saída de guerra” tem sido debatida há tempos na historiografia². Trata-se de um período não mais ditado por uma guerra totalizante, pois nele as hostilidades ganham suas dinâmicas finais, determinantes para vitoriosos e derrotados, intensificando-se nessas direções. Também não se trata de um período de paz, pois ainda atravessado por violências e representações odiosas do outro, que dominam espíritos e opiniões. De tal momento antagônico, o mundo do entorno de 1945 foi particularmente um exemplo.

A transição tem sido reconhecida como tão singular e, ao mesmo tempo, complexa entre a Segunda Guerra Mundial, o pós-guerra e o início da Guerra Fria em estudos recentes, que novas periodizações, como 1937-1947 para início e fim do conflito, tem sido sugeridas³. Como, entretanto, dominar tais sinuosos processos e analisá-los historicamente? Quais recursos a Teoria da História nos disponibiliza para tanto? Que objetos, agências e estruturas podem permitir uma reflexão sobre tais dinâmicas de transição? Sobretudo, como revelar propostas de futuro

abandonadas ou superadas nesses momentos, mas que muito nos ensinam sobre o porvir alcançado?

Em uma tentativa de esboçar respostas para tais questões, o presente texto repousa sobre os ainda hoje pouco conhecidos Comitês de Planejamento de Pós-guerra dos Estados beligerantes, que funcionaram nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao fim do conflito. Particularmente, a atenção será dada ao *Joint Strategic Survey Committee of the United States* (JSSC-US) e a suas preocupações sobre a construção, já durante a guerra, de instrumentos e recursos que garantissem uma certa ideia de futuro e de paz patrocinada por certos tipos de alianças do passado. Tudo determinado a durar no tempo, ainda que paradoxalmente de enorme fugacidade.

Levando em conta tais interesses, mas, sobretudo, o fato de que o referido Comitê criou um momento de reflexão sobre o pós-guerra e o futuro exatamente no período em que o conflito atingia seu ápice, esta proposta avalia as possibilidades de recurso às provocações de Reinhart Koselleck sobre tempos históricos para estudá-lo. Mais particularmente, buscam-se novos meios de análise das relações entre a experiência do conflito e a expectativa de paz que contextualizaram as discussões sobre a construção de estruturas adequadas a dar a uma coalização de Estados, ou mesmo a uma ambicionada “força policial internacional”⁴, a capacidade de manter as relações internacionais pacificadas no futuro.

Para além de serem um objeto ainda pouco estudado pela historiografia, as análises de tais tipos de Comitês têm se feito sobretudo a partir das lentes da História Política e Militar⁵. Através das referidas propostas teóricas de Koselleck, entretanto, parece surgir um enorme potencial para que revelem, antes mesmo de os canhões silenciarem, um entendimento da guerra como contendo vários passados. Ainda sob um crivo kosellequiano, surgem igualmente tais Comitês como observatórios de futuros que a desejada vitória poderia proporcionar, mas que nem sempre se realizaram. Em todas essas possibilidades, escapa-se aos clássicos e hegemônicos cortes cronológicos que utilizam o ano de 1945 como de suposto fim de uma totalidade de processos históricos e início de diferentes outros ligados à paz, quando não à Guerra Fria. Evita-se, assim, ademais, submeter a pluralidade dos tempos históricos ao jugo de um simples ato de armistício.

Futuros passados e as categorias de análise kosellequianas

Seguindo, assim, as lições de Koselleck, lançaremos mão de um exercício de articulação dos entendimentos de passado, presente e futuro registrados em documentos oficiais confidenciais do JSSC-US presentes no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, em particular a

série de estudos registradas sob o código JCS-570, intitulada *United States Military Requirements for Airbases, Facilities and Operating Rights in Foreign Territories*. Nesse sentido, será proposta uma análise de compreensão da realidade passada sobre o futuro da segurança internacional e da projeção de poder americano manifestados nesses registros a partir do emprego das categorias meta-históricas de “espaço de experiência” (ou *Erfahrungsraum* na expressão original de Koselleck) e de “horizonte de expectativa” (ou *Erwartungshorizont*) (KOSELLECK, 2006, p. 15-16; 305; 309-314).

Apesar de tais objetos históricos estarem mergulhados em um evento trágico e traumático, ressalta-se que não serão as categorias de análise a nos permitir acessar a realidade histórica, os acontecimentos ou fatos circunscritos cronologicamente nos anos finais da guerra. Elas servirão, na verdade, para nossa compreensão da realidade passada ao nos permitir expor aspectos ainda não acessados nas experiências do referido Comitê.

Não sendo categorias alternativas (como podem ser “senhor e escravo” ou “amigo e inimigo”), mas dependentes (“não se pode ter um sem o outro”), como lembra Koselleck (2006, p. 307), elas se apresentam particularmente interessantes para uma análise das intensas experiências de planejamento de um pós-guerra que foi produzido durante a própria guerra. Constituindo categorias que nos possibilitam entender distintas possibilidades de “ser” e, como lembra o historiador alemão, das tensões que resultam dessas diferenças, elas nos permitem alcançar diversos entendimentos de tempos históricos naquele presente incrustado nos últimos anos da guerra. Ademais, ao apresentarem o potencial de indicar uma condição humana universal (todos *experimentam* e *esperam* em suas vidas), elas permitem encontrar novos sentidos e relativizar narrativas históricas que entendem ter sido original (e exclusiva) a experiência imediata da guerra. Enredam-se, assim, passado e futuro naquele presente beligerante.

Faz-se importante, como consequência, não analisar esse momento passado apenas através do entendimento que os contemporâneos tinham de suas ações e ambições, como se pudessem ser medidas de forma equivalente. As categorias de “experiência” e “expectativa” não coordenam passado e futuro; não nos sistematizam um simples tipo de manifestação instantânea de um agente histórico; não são semelhantes. A qualidade efêmera da “experiência”, em nosso caso, refere-se ao entendimento do que a guerra, como síntese, havia, ou não, transformado, manifestado no instante em que surge a decisão para que tais tipos de Comitês lançassem seus trabalhos, mas também quando da produção de seus estudos. A expectativa, diferentemente, não pode ser assim finita. Ela é complexa e se projeta sobre o futuro e sobre seus copiosos momentos temporais. Em realidade, o fato de novos eventos da guerra, ou seja, de novas sínteses de “experiências” continuarem a surgir após o início dos trabalhos dos Comitês não invalida a

possibilidade de se entender que novas “expectativas” surgiam, sendo até mesmo possível notar sua evolução, produzindo uma história sobre futuros.

Em suma, importante salientar não haver imediatismo e singularidade total nos fenômenos do planejamento de pós-guerra ou mesmo da experiência do guerrear. Há processos e dinâmicas que, naqueles instantes, manifestam-se sem serem percebidas pelos atores históricos, guiando-os apesar deles mesmos. Ao se lançar mão de tal sensibilidade, escapa-se à cronologia natural e valorizam-se os tempos históricos, o que apenas preenche com mais cores os objetos do planejamento de pós-guerra. Cabe, finalmente, através dos referidos Comitês, estudar o peso das articulações temporais das dimensões do passado e do futuro na dinâmica da saída de guerra e das preparações para ela vindas de centros de poder como Washington. Ainda que o “espaço de experiência” da guerra aparente estar limitado cronologicamente, ele articula diversas temporalidades e processos, como o da decadência das formas imperiais de se organizar comunidades políticas ou ainda o da aceleração da industrialização, da urbanização, das comunicações globais e do comércio internacional.

Percepções de espaço e o impacto da aviação

Ainda que um marco totalizador da virada Aliada na Segunda Guerra não possa ser categoricamente determinado, a passagem de 1942 para 1943 e as repercussões da invasão do norte da África, na operação *Torch*, criaram uma conjuntura levando o governo americano a um passo decisivo no planejamento do pós-guerra. Um ano depois de Pearl Harbor, com soldados já combatendo no continente africano (esperados, em breve, na Europa), com perdas na Batalha do Pacífico provocando o bloqueio de rotas de abastecimento, mas, principalmente, com o objetivo de definir uma forma para o esperado novo sistema de segurança internacional, Roosevelt e seu Estado Maior, o *Joint Chiefs of Staff* (JCS), tiveram suas percepções sobre o Atlântico, o Pacífico e sobre a aviação profundamente alteradas. Naquele momento, segundo Melvyn Leffler (1992, p. 55), o JCS já via perigo futuro como podendo se originar de “quase todos os lugares [do mundo]”.

Esse novo entendimento, combinado com o restante da experiência da guerra, mas também com o fracasso da Liga das Nações, com a longa trajetória da ascendência americana e com o desenvolvimento de um capitalismo financeiro-industrial no qual as lógicas da política e do neo-mercantilismo imperiais deveriam desaparecer, criou finalmente em Washington um horizonte de expectativa diferente daquele de seus aliados em relação ao mundo do pós-guerra. Assim, a questão militar quanto a rotas e bases aéreas no mundo acabou tornando-se uma

prioridade absoluta, pois entendida como transformando percepções de espaço e horizontes políticos e econômicos.

De fato, o fascínio de Roosevelt pela geografia teve um impacto decisivo na forma como entendeu e decodificou o mapa do mundo durante a guerra⁶. Na verdade, a combinação do choque da depressão da década de 1930 com o ataque a Pearl Harbor levou muitos americanos a uma revolução mental: doravante, considerariam todos os pontos do globo como importantes para a sua segurança e economia⁷. O avanço militar dos Aliados na sequência de *Torch* e as experiências de guerra acumuladas começaram a estreitar a linha separando presente e futuro, com renovados horizontes de expectativa emergindo. A administração Roosevelt começou então a imaginar como os Estados Unidos poderiam redesenhar o mapa do mundo para tanto garantir a paz como seus próprios interesses. O Presidente estava perfeitamente consciente de que o planeta se tornava interdependente e pequeno. Para ele, as novas tecnologias, especialmente na aviação, estavam impulsionando tal mudança (CASEY, 2008, p. 216; 219-220). Roosevelt acreditava que o poder aéreo, muito mais do que o poder marítimo, transformava-se na principal arma para se vencer a guerra, mas também para projetar poder no futuro e, com ele, influência e paz⁸. A mesma percepção de mundo que o encorajou a defender a entrada americana na guerra antes mesmo de Pearl Harbor levou-o a lançar a preparação da regulamentação da aviação civil internacional do pós-guerra e dos novos dispositivos de segurança internacional, para além de uma nova ordem política e econômica global.

Nesse sentido, em 28 de dezembro de 1942, o Presidente ordenou ao JCS que lançasse estudos sobre possíveis localizações para aeródromos e instalações aeronáuticas de uma “Força Policial Internacional” (*International Police Force*) em todo o mundo⁹. O JCS, por sua vez, atribuiu a tarefa ao JSSC-US, um comitê conjunto entre as forças armadas recentemente criado, cuja missão era desenvolver estudos integrando o interesse nacional e a estratégia global dos EUA (STOLER, 2000, p. 104-109; 137-138). O JSSC-US tornou-se, assim, uma das organizações mais influentes dentro do governo americano. Na análise de tal contexto, as lentes kosellequianas nos ajudam a entender tal comitê para além de sua curta cronologia, de 1942 a 1947, e de sua suposta natureza exclusivamente militar.

A administração americana, na verdade, não ignorava as muitas outras implicações que tais decisões poderiam provocar a nível global. Em tal contexto, não seria possível haver uma transição de mundos para um futuro totalmente novo, como lembraria Koselleck. De fato, poucos meses antes da decisão de Roosevelt, os militares já tinham contatado o Presidente com um memorando comparando as históricas relações entre forças navais militares e comerciais com o que seriam as dependências entre frotas aéreas militares e civis no futuro. “Como não há

justificativa econômica para uma marinha sem comércio marítimo a ser protegido”, lembravam os militares americanos, “será essencial uma força aérea integrada às relações de comércio passando pelos ares”. Para eles, finalmente, seria “extremamente difícil encontrar outros recursos comparáveis à esmagadora vantagem do controle dos meios de comunicação rápidos como o do comércio passando pelos ares”¹⁰.

Ainda que no século XXI a esmagadora maioria do transporte de produtos comerciais continue a se fazer pelos mares, outra era a expectativa em meados dos anos 1940, em um tempo de absoluto fascínio pela aviação¹¹. Em tal contexto, embora Roosevelt tenha lançado o planejamento de pós-guerra para a aviação militar em dezembro de 1942, a procura de uma política para a aviação civil já havia começado no início daquele ano. Ao nomear Lloyd Welch Pogue como presidente do Conselho de Aeronáutica Civil (CAC) em janeiro, o presidente lançara a entidade em tal busca. Como uma de suas primeiras conclusões, ainda em 1942 e guiado por uma visão econômica liberal do futuro, o CAC chegou a um entendimento decisivo em relação à importância da abertura dos céus para trânsito e pouso técnico. Face a um explícito receio de que inimigos ou mesmo aliados na guerra, como os britânicos, pudessem avançar mais rapidamente nas suas reflexões sobre a aviação do pós-guerra, o governo americano reforçou seus estudos e o processo de tomada de decisão sobre o tema já no início de 1943, culminando na derrubada do projeto de um controle da aviação civil global do futuro por uma entidade intergovernamental, decisão consolidada nas tratativas da Conferência de Chicago, de novembro de 1944 (DOBSON, 2011, p. 148-153). Alinhando-se a tais ambições, o alto comando militar americano entendia que a aviação teria um “efeito dramático” nas questões político-militares e na própria estratégia militar do futuro (STOLER, 2000, p. 128-129).

Dentro do governo e até o ano de 1943, porém, não havia clareza sobre as bases materiais e os territórios necessários para viabilizar a projeção aérea americana pelo mundo. Seriam os primeiros resultados dos trabalhos do JSSC-US a indicar objetivos e formatos de uma rede global de aeródromos e de rotas aéreas a serem desenvolvidas.

JCS 570 e os meios de manutenção da paz futura

O desenvolvimento do poder aéreo militar antes da Segunda Guerra Mundial já havia lançado reflexões profundas sobre os mecanismos de manutenção da paz e de projeção de poder. Os estudos de então previam que a revolução aeronáutica seria seguida de uma revolução estratégica, algo confirmado por episódios como o do ataque a Pearl Harbor e da germânica *Blitz* (DUFOUR; VAISSE, 1994, p. 56). Nesse sentido e a partir de 1943, o JSSC-US desenvolveu uma

especial reflexão sobre as necessidades de bases militares para o período pós-guerra. Imerso nesse trabalho e considerando que as aviações civis e militares estavam intrinsecamente ligadas, o comitê de planejamento questionou o JCS, no início de março de 1943, solicitando mais esclarecimentos sobre os “problemas militares do pós-guerra com relação particular às bases aéreas” e seu uso de acordo com os interesses internacionais, mas também nacionais. Os Chefes do Estado-Maior responderam observando que a prevenção de uma nova guerra exigiria a criação de uma “dispositivo internacional de alcance mundial”, com a aviação em seu núcleo¹².

A partir de tais precisões, o JSSC-US elaborou a primeira minuta da série de estudos registrada como JCS-570, que foi formalmente entregue ao JCS e a Roosevelt no início de novembro de 1943. As conclusões daquele momento indicavam que as questões da aviação civil e militar estavam demasiado interligadas para serem tratadas separadamente e que as necessidades militares deveriam prevalecer sobre as civis em caso de conflito entre as duas. Por fim, afirmavam que, diante da nova realidade internacional imposta pela existência de bombardeiros pesados de longo alcance, pelo controle por radar e pelos foguetes, qualquer ataque futuro deveria ser imaginado “como vindo de uma grande distância”, ameaça essa que, somada a seu incalculável poder de devastação, exigiria “um enfrentamento o mais longe possível de nossas fronteiras”. O estudo americano entendia uma rede global de bases (estimada então em 72) como fundamental para apoiar, no período pós-guerra, a manutenção da cooperação entre as Nações Unidas, a ocupação da Europa e a vigilância das três grandes potências (Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética)¹³.

Na realidade, o futuro, segundo o JSSC-US, conheceria três fases subsequentes. A primeira seria determinada pela vitória sobre a Alemanha, mas também pela continuação da guerra contra o Japão. A segunda, pela paz global mantida pelos Aliados enquanto acontecessem as negociações pela criação de uma nova Liga das Nações. Finalmente, a terceira, seria determinada pela criação de uma nova Liga das Nações que, então, assumira as responsabilidades repousando sobre os vencedores. As 72 bases seriam estabelecidas durante a segunda fase, sem que se soubesse se a terceira ocorreria. Após análise detalhada e debate com seus generais, e já nos primeiros dias de 1944, Roosevelt aprovou o início das negociações diplomáticas por acesso aos territórios estrangeiros que viabilizassem tal dispositivo¹⁴. Iniciava-se uma série de tratativas a renovar ou criar alianças mundo afora, mas também a combater resistências e protecionismos de antigos aliados ou países até então neutros na guerra, particularmente aqueles possuindo possessões coloniais em diversos continentes, como Portugal, mas também o próprio Império Britânico. Reforçava-se, assim, o princípio do combate às “zonas de influência europeias”, mas, sobretudo, a um horizonte de expectativa em que estruturas imperiais pudesse sobreviver

(STOLER, 2000, p. 160-163).

Negociações ainda a evoluir determinariam se o imaginado dispositivo de segurança internacional acabaria totalmente nas mãos da nova Liga ou ficaria sob controle dos Estados Unidos. Certo, porém, já entre finais de 1943 e início de 1944, era o fato de que, para além de algumas bases no Atlântico cedidas no longo prazo pelos britânicos dentro do acordo *Destroyers-for-bases*, de 1940, os americanos não possuíam nenhum direito garantido de operação de sua aviação militar em territórios estrangeiros para além do prazo da guerra. As orientações foram, então, para se aproveitar da situação do conflito e de toda a rede de instalações militares construída ou operada pelos Estados Unidos durante a guerra para negociar novos termos o mais breve possível, decidindo caso a caso o que deveria ser solicitado, mas buscando-se, sempre, sua duração no tempo¹⁵.

Tais processos e negociações, guiados pela experiência concentrada naquele presente e por um certo horizonte de expectativa, apresentam-se como fundamentais para o entendimento da saída da guerra e para sua transição em direção à Guerra Fria¹⁶. Mesmo que a Segunda Guerra Mundial e o conflito bipolar “não tenham inspirado uma cultura totalmente nova quanto a bases militares”, como Brooke Blower (2017, p. 456) nos lembra, a criação de postos avançados ganharia uma absolutamente nova escala, além de novos propósitos, a partir da década de 1940. Nesse momento e pelas mãos do JSSC-US, surgia o que o historiador William Louis designou como “*master plan*” do JCS, pelo qual bases aéreas em todos os oceanos e continentes se interligariam em um sistema de segurança global¹⁷.

Para aqueles responsáveis pelo planejamento quanto à aviação militar no Estados Unidos, a segurança do país poderia ser garantida pelo domínio absoluto e exclusivo das principais posições desde onde um ataque poderia ser lançado. Os mesmos oficiais sabiam, porém, que tal ambição levaria o governo de Washington a uma praticamente impossível imposição do domínio aéreo militar global. Finalmente, diante de tais impedimentos, mas também diante das incertezas quanto à criação de uma “polícia internacional”, acabou-se por buscar garantir a construção de bases ou mesmo direitos de passagem e de escala naqueles territórios designados pelo JSSC-US como necessários para operação de uma rede de aviação global. Mais precisamente para o Comitê e levando sobretudo em conta o potencial futuro de novas ameaças alemãs e japonesas, “a história e a razão indicam que será desde a Europa ou a Ásia que um ataque contra os Estados Unidos seja mais provavelmente lançado”¹⁸.

Tal perspectiva, combinada com a presença esperada da União Soviética em todas as fases previstas de construção da paz, demonstra uma certa ideia de ameaças passadas que ainda não estavam modificadas pelas confrontações que a Guerra Fria conheceria, pelo menos não no seio

das discussões sobre os dispositivos de segurança internacional do futuro nos anos finais da Segunda Guerra. Esse horizonte foi explicitamente mencionado nos estudos JCS 570 nos seguintes termos: “deve-se partir do pressuposto de que os Aliados manterão sua solidariedade, vencerão a guerra, estudarão e se prepararão para os problemas do pós-guerra e realmente desejaram cooperar para aprender com os erros do passado e alcançar um mundo economicamente e politicamente estável e livre de guerras”. Finalmente, a crença desse mesmo JSSC-US de que as demandas por acesso a territórios estrangeiros seriam bem recebidas repousava sobre a projeção de uma auto percepção dificilmente consensual fora dos Estados Unidos: de que o país teria uma excelente reputação em preservar acordos estrangeiros, além de possuir uma “tradicional falta de ambições imperialistas”¹⁹. Nesse sentido, divergentes espaços de experiência ecoavam em também divergentes horizontes de expectativa, como os tensos episódios das negociações por bases no pós-guerra na América Latina seriam testemunhas²⁰.

Quanto aos pormenores dos planos produzidos pelo JSSC-US, foram previstos entre três e quatro tipos de bases aéreas. Nos estudos de 1943 e 1944, esse conjunto foi imaginado para proteger prioritariamente o território americano, mas também o soviético e as possessões britânicas, para além da estabilização das relações internacionais. Já nos estudos de 1945, o Hemisfério Ocidental e as Filipinas passariam ao cerne dos objetivos de proteção.

Havia, assim e inicialmente, bases de prioridade número 1 (*Primary Base Areas*), que projetariam a fronteira estratégica dos Estados Unidos para além das costas Leste e Oeste e que estavam definidas como necessárias para a defesa direta do país. Em 1945, tal conjunto passaria a ser destinado à defesa das Américas e das Filipinas, além de se tornar meio de projeção de poder, em que Washington deveria procurar direitos de acesso exclusivo. Esse primeiro conjunto acabou finalmente contando com apenas oito localidades: Panamá, Havaí, Marianas, Filipinas, Alasca, Newfoundland, Porto Rico e Açores, com Bermudas, Samoa e Galápagos deixando de ser *Primary* logo após o fim do conflito. Havia, igualmente, as bases de prioridade número 2 (*Secondary Base Areas*), que foram definidas como necessárias para a defesa de todo o Hemisfério Ocidental em um primeiro momento, mas que passariam a ser entendidas como instalações aéreas a garantir acesso às bases prioritárias e a projetar poder no globo, nas quais poderia haver direitos de acesso partilhados. Nos estudos de 1943 e 1944, entre elas estavam Acapulco, Guayaquil, Belém, Dakar e Libéria, sendo apenas Islândia, Natal, Ascenção e Groenlândia mantidas nas versões de 1945, às quais passavam a se alinhar Alaska, Ilha de Midway, Ilha de Johnston, Ilha Wake, Ilha Marcus, Ilhas Bonin, Ilhas Ryukyus, Ilhas Truk, Ilhas Kwajalein, Manus, Samoa, Galápagos, Ilhas Canton, Bermudas, Cabo Verde, Guantánamo, Trindade e Natal²¹.

Finalmente, existiam as bases de prioridade 3. Essas, nos anos finais da Segunda Guerra,

foram imaginadas tendo algum envolvimento dos Estados Unidos, mas sendo sobretudo destinadas à proteção das outras “grandes potências” (Grã-Bretanha ou União Soviética) ou exclusivamente ao controle da “polícia internacional” a ser eventualmente criada. Nesse grupo, estavam, por exemplo, as Ilhas Curyas, Taiwan, Fiji e Bangkok. Quando o conflito terminou na Europa e a previsão de criação de uma “polícia internacional” já havia sido descartada, o JSSC-US passou a dividir essas bases de prioridade 3 em dois outros conjuntos. O primeiro, dito “subsidiário” (*Subsidiary Base Areas*), seria formado por instalações existentes ou a serem desenvolvidas futuramente de forma limitada, não necessariamente para imediata operação. Elas seriam destinadas a aumentar a flexibilidade do sistema de bases primárias e secundárias. Entre tais localidades, passaram a constar, em 1945, Belém, Bahamas, Palau, Ilhas Canárias e Talara/Peru, entre outras. Finalmente, em 1945, surgiu um outro novo grupo, quarto em prioridade, dito *Minor Base Areas*, entendido como composto de locais em que haveria pouquíssimo pessoal operacional americano, ou mesmo nenhum, e onde não haveria investimento, sendo apenas, e eventualmente, útil à escala de aviões americanos. Em tal grupo, passaram a figurar Dakar, Suriname, Jamaica, Bora Bora, Samoa, Guadalcanal e Nova Caledônia, entre outros²².

O que se percebe na construção, mas sobretudo evolução, desses conjuntos através das percepções de passado e futuro naqueles instantes de reflexão do JSSC-US é a transição para um pós-guerra de enfraquecimento da cooperação entre os vitoriosos, ainda que não de apagamento, em um cenário ainda distante daquele da Guerra Fria. De fato, trabalhou-se durante o conflito, de forma muito mais concreta do que meramente simbólica, em um futuro contando claramente com a manutenção das grandes alianças até então existentes, perspectiva alinhada aos ensinamentos de Frank Costigliola (2012) sobre a história das emoções e da capacidade de Roosevelt em manter a coalisão vencedora.

Entretanto, difícil não considerar a lógica de projeção de poder para fins prioritariamente defensivos presentes nos primeiros estudos do JSSC-US como criando, nesse mesmo processo, um instrumento percebido como simplesmente de projeção de poder (ou mesmo de ameaça internacional). Importante, nesse sentido e como presente nos já clássicos trabalhos de Melvyn Leffler, recordar que os planos de futuro compostos nos anos finais da guerra, para além de meras reflexões, produziram imediatas e concretas negociações para acesso a territórios e para o desenvolvimento de instalações militares no pós-guerra (LEFFLER, 1992). Assim, já era claramente perceptível a construção de uma rede de bases e de rotas aéreas visando o pós-guerra ainda durante o conflito (STOLER, 2000, p. 203-204). Finalmente, também interessante observar uma diminuição na importância tanto do sul do Atlântico como do sul do Pacífico na projeção

dos aeródromos de prioridade máxima, mas também nas definições e localizações das instalações aéreas de menores prioridades. Projetavam-se, ao norte desses oceanos, redes de bases destinadas a criar barreiras defensivas e de projeção de poder em oposição à Europa e à Ásia, ressaltando o poder aéreo e relativizando, ainda que obviamente não descartando, o poder naval no futuro imaginado na saída da guerra.

Conclusões

Inspirados pelos trabalhos de Koselleck sobre Teoria da História e do Tempo Histórico, argumentamos ser possível analisar diferentes entendimentos de presente e de futuro emanando dos estudos americanos de planejamento de pós-guerra, relativizando argumentos de que teria existido apenas uma simples rivalidade imediata e instantânea entre grandes potências pelos espólios do conflito quando de sua conclusão. Apesar de existir um aparente singular “espaço de experiência” do presente dos combates, os muitos estratos temporais envolvidos nos trabalhos de conformação de um mundo mais conectado no futuro produziram “horizontes de expectativas” distintos a cada nova reflexão²³.

Neste texto, para além de sua identificação, as influências mútuas entre estes dois sentidos históricos são analisadas de forma exploratória, procurando-se destacar seus diálogos e concorrências. Para os americanos, houve a conjugação de estratos de tempos anteriores com rupturas, com experiências novas, conscientemente ou inconscientemente construídas, que não são apagadas com a vitória na guerra se aproximando. Ao contrário, são reforçadas com a evolução dos acontecimentos, projetando nos documentos analisados um horizonte de expectativa em permanente transformação.

Arquivos:

Arquivo Nacional dos Estados Unidos

RG 218 (Records of the U.S. Joint Chiefs of Staff), JCS 360, Box 269.

RG 218 (Records of the U.S. Joint Chiefs of Staff), JCS 360, Box 270.

RG 218 (Records of the U.S. Joint Chiefs of Staff), JCS 360, Box 272.

Biblioteca Presidencial Franklin Roosevelt

Franklin Roosevelt Papers. Map Room – Box 162.

Harry Hopkins Papers. Group 24, container 125.

Referências :

- AGLAN, A.; FRANK, R. (Orgs.). **1937-1947**: la guerre-monde. 2 vol. Paris: Gallimard, 2015.
- AUDOIN-ROUZEAU, S. ; PROCHASSON, C. (Orgs.). **Sortir de la Grande Guerre. Le monde et l'après 1918**. Paris: Tallandier, 2008.
- AYALA, C.; BOLÍVAR, J. **Battleship Vieques**: Puerto Rico from World War II to the Korean War. Princeton Markus Wiener Publishers, 2011.
- BARNES, R. “A Joint Controlling System”: Commonwealth Bases and the Special Relationship, 1945–1947. **The International History Review**, v. 42, n. 4, 2020, p. 675-694.
- BLOWER, B. A Nation of Outposts: Forts, Factories, Bases, and the Making of American Power. **Diplomatic History**, v. 41, n. 3, 2017, p. 439-459.
- CABANES, B. e PIKETTY, G. Sortir de guerre: jalons pour une histoire en chantier. **Histoire@politique. Politique, culture, société**, v. 3, 2007.
- CALDER, K. **Embattled Garrisons**: comparative Base Politics and American Globalism. Princeton: 2007.
- CASEY, S. Franklin D. Roosevelt. In: CASEY, S.; WRIGHT, J. (Orgs.). **Mental Maps in the Era of Two World Wars**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008, p. 216-239.
- COSTIGLIOLA, F. **Roosevelt's Lost Alliances**: How Personal Politics Helped Start the Cold War. Princeton University Press, 2012.
- DOBSON, A. FDR and the Struggle for a Postwar Civil Aviation Regime: Legacy or Loss?. In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (Orgs.). **FDR's world**: war, peace, and legacies. New York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 193-213.
- DOBSON, A. **FDR and Civil Aviation**: Flying Strong, Flying Free. Palgrave, 2011.
- DUFOUR, J. ; VAISSE, M. **La guerre au XXe siècle**. Paris: Hachette, 1994.
- GERSON, J.; BIRCHARD, B. (Orgs.). **The Sun Never Sets**: Confronting the Network of Foreign U.S. Military Bases. Boston: 1991.
- GILLE, M. **America Town**: Building the Outposts of Empire. Minneapolis: 2007.
- GIRAULT, R. ; FRANK, R. **Turbulente Europe et nouveaux mondes 1914-1941**. Paris: Editions Payot & Rivages, 2004.
- HEEFNER, G. “A Slice of their Sovereignty”: Negotiating the U.S. Empire of Bases, Wheelus Field, Libya, 1950–1954. **Diplomatic History**, v. 41, n. 1, 2017, p. 50-77.
- HENRIKSON, A. FDR and the World-Wide Arena. In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (Orgs.). **FDR's world**: war, peace, and legacies. New York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 35-62.
- HERMAN, R. **Cooperating with the Colossus**: A Social and Political History of US Military Bases in World War II Latin America. Oxford: Oxford UP, 2022.
- HÖHN, M.; MOON, S. (Orgs.). **Over There**: Living with the U.S. Military Empire from World War Two to the Present. Duke University Press, 2010.
- INGIMUNDARSON, V. Unarmed sovereignty versus foreign base rights: enforcing the US-Icelandic defence agreement 1951–2021. **The International History Review**, v. 44, n. 1, 2022, p. 73-91.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [1979].

- KOSELLECK, R. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014 [2000].
- LEFFLER, M. **A Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War**. Stanford: Stanford UP, 1992.
- LEWIS, J. **Changing Direction. British Military Planning for Post-War Strategic Defense, 1942-1947**. 2. ed., New York: Routledge, 2005.
- LOUIS, W. **Imperialism at Bay**: The United States and the Decolonization of the British Empire. New York: Oxford UP, 1978.
- MCKERCHER, B. **Transition of power**: Britain's loss of global pre-eminence to the United States, 1930-1945. Cambridge: Cambridge UP, 1999.
- OLIVEIRA, D. **Aliança Brasil-EUA**: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá Editora, 2015.
- OLIVEIRA, D. Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria: políticas militares estadunidenses para a América Latina (1943-1947). **Diálogos**, v. 22, 2018, p. 157-175.
- OLIVEIRA, D. "A pior deficiência do Brasil": aliança militar Brasil-EUA, políticas de transporte e as negociações sobre uso de bases militares no pós-guerra (1943-1945). **Revista Nordestina de História do Brasil**, v. 1, n. 2, 2019, p. 55-90.
- REYNOLDS, D. **From War to Cold War**: Churchill, Roosevelt, and the International History of the 1940s. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- RYAN, H. **The Vision of Anglo-America**: The US-UK Alliance and the Emerging Cold War 1943-1946. Cambridge: Cambridge UP, 1987.
- SANDARS, C. **America's Overseas Garrisons**: The Leasehold Empire. Oxford: 2000.
- SHERRY, M. **Preparing for the next war. American Plans for Postwar Defense, 1941-45**. New Haven: Yale UP, 1977.
- SHERRY, M. **The Rise of American Air Power. The Creation of Armageddon**. New Haven, Yale UP, 1987.
- SMITH-NORRIS, M. **Domination and Resistance**: The United States and the Marshall Islands During the Cold War. University of Hawai'i Press, 2016.
- STOLER, M. **Allies and Adversaries. The Joint Chiefs of Staff, the Grand Alliance, and U.S. strategy in World War II**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.
- VINE, D. **Base Nation**: How U.S. Military Bases abroad Harm America and the World. New York: 2015.
- VLECK, J. **Empire of the Air**: Aviation and the American Ascendancy. Cambridge: Harvard UP, 2013.
- WINTER, J. 1918 e a Segunda Grande Guerra. In: CORREIA, S.; MORELI, A. (Orgs.). **Tempos e espaços de violência**: a primeira guerra mundial, a desconstrução dos limites e o início de uma era. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2023, p. 21-44.

Notas:

¹ Doutor em História das Relações Internacionais pelo *Institut Pierre Renouvin da Université Paris I - Panthéon-Sorbonne*. Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), onde leciona e conduz pesquisas na área da História das Relações Internacionais, desenvolvendo reflexões sobre relações transatlânticas no século XX, terceiro-mundismo e novas metodologias de pesquisa em diálogo com a Ciência da Computação. É coordenador do Lab-Mundi/USP (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial) e pesquisador do Laboratório *Sorbonne - Identités, relations internationales et civilisations de l'Europe* e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: alexandre.moreli@usp.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7215-8566>

² Considere-se, por exemplo, CABANES & PIKETTY (2007). Sobre a saída da Primeira Guerra Mundial, ver: AUDOIN-ROUZEAU & PROCHASSON (2008). Sobre a saída da Segunda Guerra Mundial como trabalhada neste texto, ver: REYNOLDS (2006); MCKERCHER (1999); RYAN (1987); SHERRY (1977), entre outros.

³ A proposta aparece na obra de dois volumes organizada por Alya Aglan e Robert Frank, em 2015. Para uma proposta rediscutindo a periodização clássica da Primeira Guerra Mundial, ver: WINTER, (2023).

⁴ Arquivo Nacional dos Estados Unidos (ANEU). RG 218, JCS 360, box 270. Memorandum 2/11/43.

⁵ Sobre o caso da Segunda Guerra Mundial, ver: SHERRY (1977); LEFFLER (1992); STOLER (2000); e LEWIS (2005).

⁶ Ver: CASEY (2008); e HENRIKSON(2008).

⁷ Ver : GIRault & FRANK (2004); e HENRIKSON(2008).

⁸ Ver: DOBSON (2008); e SHERRY, (1987).

⁹ Biblioteca Presidencial Franklin Roosevelt (BPFR). Franklin Roosevelt Papers. Map Room – box 162. Memorandum de 28/12/42, McCrea-Leahy.

¹⁰ BPFR. Harry Hopkins Papers. Group 24, container 125. Memorandum de 28/7/42, do Coronel Schulgen.

¹¹ Ver: VLECK (2013); e DOBSON (2011).

¹² ANEU. RG 218, JCS 360, Box 269. JCS 183/1, 6/3/43 e JSSC 9/1, 15/3/43.

¹³ ANEU. RG 218, JCS 360, box 270. Memorandum 2/11/43, *United States Military Requirements for Airbases, Facilities and Operating Rights in Foreign Territories*. Ver também: STOLER (2000, p. 159).

¹⁴ ANEU. RG 218, JCS 360, box 270. Mensagem de 15/11/43, Mémorandum do JCS de 30/12/43, Mémorandum JCS 570/2 de 10/1/44 intitulado *US Requirements for Post-War Air Bases* e carta de 7/1/44, Presidente-Hull. Ver também: LEFFLER (1992); e STOLER (2000, p. 159).

¹⁵ ANEU. RG 218, JCS 360, box 270. Memorandum 2/11/43, *United States Military Requirements for Airbases, Facilities and Operating Rights in Foreign Territories*.

¹⁶ Sobre as negociações que se seguiram, no caso do Pacífico Sudoeste, da Índia e da Ilha de Ascensão, ver: BARNES (2020). Para o caso da Islândia, ver: INGIMUNDARSON (2022). Para o caso da Líbia, ver: HEEFNER (2017). Para o caso das Ilhas Marshall, ver: SMITH-NORRIS (2016). Para o caso de Porto Rico, ver: AYALA & BOLÍVAR (2011). Para o caso do Brasil, ver: OLIVEIRA (2015, 2018 e 2019) e HERMAN (2022). Para estudos mais gerais que consideram uma rede mundial de bases como meio e condição para a construção da hegemonia americana na segunda metade do século XX, ver: VINE(2015); HÖHN & MOON (2010); GILLEM (2007); CALDER (2007); SANDARS (2000); e GERSON & BIRCHARD (1991).

¹⁷ Para a citação de Louis ver: LOUIS (1978, p. 261). Ver também: SHERRY (1977, p. 42).

¹⁸ ANEU. RG 218, JCS 360, box 270. Memorandum 2/11/43, *United States Military Requirements for Airbases, Facilities and Operating Rights in Foreign Territories* e documentos compondo a série JCS 570.

¹⁹ ANEU. RG 218, JCS 360, box 270. Memorandum 2/11/43, *United States Military Requirements for Airbases, Facilities and Operating Rights in Foreign Territories* e documentos compondo a série JCS 570.

²⁰ Ver: OLIVEIRA (2018); e HERMAN (2022).

²¹ ANEU. RG 218, JCS 360, box 270. Memorandum 2/11/43, *United States Military Requirements for Airbases, Facilities and Operating Rights in Foreign Territories* e documentos compondo a série JCS 570. RG 218, JCS 360, Box 272. JCS 570/34, 27/9/45 e JCS 570/40, 25/10/45.

²² ANEU. RG 218, JCS 360, box 270. Memorandum 2/11/43, *United States Military Requirements for Airbases, Facilities and Operating Rights in Foreign Territories* e documentos compondo a série JCS 570. RG 218, JCS 360, Box 272. JCS 570/34, 27/9/45 e JCS 570/40, 25/10/45.

²³ Sobre estratos do tempo, ver: KOSELLECK (2014).